

MOÇÃO DE REPÚDIO aos casos de Violência Política de Gênero, ao racismo e xenofobia na política brasileira.

Senhor Presidente,

Com profunda indignação, o Brasil assistiu, na última semana, à divulgação de denúncias envolvendo ataques misóginos, racistas e xenofóbicos dirigidos à Vereadora Ana Nice Martins de Carvalho (PT - São Bernardo do Campo)¹ e à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva². É inaceitável que, em pleno século XXI, mulheres que ocupam posições públicas — em especial mulheres negras — sigam sendo alvo de agressões covardes cujo propósito é silenciá-las e manter intactas estruturas de poder arcaicas, excludentes e profundamente desiguais.

A violência política de gênero revela a face mais cruel de uma sociedade que ainda naturaliza a opressão contra mulheres. Dados recentes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos apontam que, apenas em 2024, houve um aumento de 484% nas denúncias de violência política contra mulheres em comparação a 2023 — um salto de 69 para 403 registros³. Além disso, levantamento da Terra de Direitos identificou 558 casos de violência política no mesmo ano, incluindo 27 assassinatos, 129 atentados, 224 ameaças, 71 agressões físicas, 81 ofensas, 16 criminalizações e 10 invasões. Tais números revelam uma escalada alarmante dessa prática antidemocrática.⁴

O paradoxo é gritante: as mulheres representam a maioria da população brasileira, mas seguem sub-representadas nos espaços de poder e decisão. Quando rompem essas barreiras e ocupam posições de liderança, tornam-se alvos de violências múltiplas, que se agravam quando interseccionadas com o racismo, a xenofobia e a desigualdade de classe. Uma pesquisa da Confederação Nacional de Municípios revelou que 60,4% das prefeitas e vice-prefeitas já sofreram algum tipo de violência política de gênero durante campanhas ou mandatos⁵. Esses dados evidenciam que a violência política não é um fenômeno isolado, mas estrutural.

Tal realidade não é apenas inaceitável — constitui uma afronta direta à democracia. A normalização do ódio no ambiente político fragiliza as instituições e compromete a legitimidade do regime democrático. Partidos que se dizem democráticos, mas permanecem omissos ou coniventes, tornam-se cúmplices na manutenção desse ciclo de exclusão e violência.

Medidas concretas, imediatas e eficazes se fazem necessárias. Os responsáveis por esses ataques devem ser devidamente identificados e responsabilizados, tanto na esfera judicial quanto partidária. Os partidos políticos têm o dever de combater a misoginia, o racismo e a xenofobia em suas estruturas internas, criando mecanismos de prevenção, proteção e punição. Mais do que isso, é imprescindível garantir que mulheres — sobretudo as negras, indígenas, quilombolas e periféricas — possam exercer sua cidadania plena em condições de igualdade, dignidade e segurança.



Dessa maneira, **REQUEREMOS** à mesa, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, seja aprovada **MOÇÃO DE REPÚDIO** à Violência Política de Gênero, ao racismo e xenofobia na política brasileira.

Plenário “João Raposo Rezende Filho - Zinho”, 3 de junho de 2025.

CLÓVIS GIRARDI

Vereador

RICARDO ALVAREZ

Vereador

TIAGO NOGUEIRA

Vereador

WAGNER LIMA

Vereador

1. LANA, Thainá. Ana Nice, vereadora de São Bernardo, denuncia ataques racistas e misóginos. *Repórter Diário*, 28 maio 2025. Disponível em: <https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3641731/ana-nice-vereadora-de-sao-bernardo-denuncia-ataques-racistas-e-misoginos/>. Acesso em: 28 maio 2025.
2. SILVA, Fabíola. Marina Silva deixa audiência após ataque e ofensas de senador. *Agência Brasil*, 27 maio 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-05/marina-silva-deixa-audiencia-apos-ataque-e-ofensas-de-senador>. Acesso em: 28 maio 2025.
3. ALVES, Giovana. Denúncias de violência política contra mulher aumentaram 484% em 2024. *Metrópoles*, 5 jan. 2025. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/brasil/denuncias-de-violencia-politica-contra-mulher-aumentaram-484-em-2024>. Acesso em: 28 maio 2025.
4. JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS. Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos entre 1º de novembro de 2022 e 27 de outubro de 2024. 3. ed. 2024. Disponível em: https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2024/12/11-25_VIOLENCIA-POLITICA-2024-FN-2.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.
5. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Violência política de gênero: 60,4% das prefeitas e vices afirmam já ter sofrido algum tipo durante a campanha ou mandato. *CNM*, 4 out. 2024. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/violencia-politica-de-genero-60-4-das-prefeitas-e-vices-afirmam-ja-ter-sofrido-algum-tipo-durante-a-campanha-ou-mandato>. Acesso em: 28 maio 2025.

